



Minas Gerais e a cadeia global da "commodity" cafeeira – 1850/1930

Anderson Pires¹

Resumo

O artigo reavalia a importância e o significado histórico da economia agrária de exportação que se desenvolveu em Minas Gerais, em especial, na sua principal região produtora no período de análise – a Zona da Mata mineira. Lançando mão de alguns instrumentos teórico-analíticos originados da obra de Innis e seus seguidores, e de outros mais contemporâneos, como os que vêm sendo apresentados pela denominada "Global Commodity Chains" (rede ou cadeia mundial de mercadorias), tentaremos posicionar essa economia além do contexto regional e nacional em que se desenvolveu, também, e, principalmente, no âmbito do mercado internacional, historicamente constituído e definido no período. Dividimos o artigo em 4 partes: na introdução faz-se uma síntese genérica dos principais argumentos das tendências interpretativas utilizadas; na segunda, uma avaliação da posição da economia regional frente ao quadro internacional da economia cafeeira no período; segue-se uma investigação das transformações internas na própria economia da Mata, sua diversificação econômica e o papel das exportações e, por fim, uma conclusão em que esboçamos alguns modelos de explicação da evolução e o papel da economia cafeeira da Mata.

Palavras-chave: economia cafeeira, história financeira e bancária, história econômica de Minas Gerais.

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. E-mail: apires@terra.com.br

Minas Gerais and the coffee industry's global commodity chain – 1850/1930

Abstract

The aim of this work was to reassess the importance and the historical meaning of the agrarian exportation economy that developed in Minas Gerais from 1850 to 1930, especially in its main producing region during the analyzed period – the *Zona da Mata*. By using some theoretical-analytical tools originated in the works of Innis and its followers, among others, more contemporary, such as the concepts presented by the so-called "Global Commodity Chain", we will try to verify the proper position occupied by this economy, not only regarding the regional and national context where it developed, but mainly in the scope of the international market, historically constituted and defined in the referred period. For this purpose, the work will be divided in 4 parts: The introduction synthesizes generically the main arguments of the interpretative tendencies used; the second part assesses the regional economy's position regarding the international situation of the coffee economy in that period; then, an investigation on the internal transformations in *Zona da Mata's* economy is presented, along with discussions about its economical diversification and the role of exportation; to conclude, we sketch new models to explain the evolution and the role of the coffee economy of *Zona da Mata*.

Key-words: coffee economy, financial and bank history, economic history of Minas Gerais.

Introdução

A teoria do desenvolvimento voltado para as exportações é bem conhecida e aplicada por parte dos economistas sobre a realidade brasileira. No entanto, outro tem sido seu destino e o acompanhamento de sua evolução por parte dos historiadores ainda voltados para questões sobre a formação histórica da economia brasileira. Introduzida e generalizada no país a partir da escola da Cepal (entre outras vertentes), teve seu destino irremediavelmente atrelado à, assim chamada, “teoria dos ciclos de exportação”, idealizada por Lúcio de Azevedo e aplicada entre nós por Roberto Simonsen (LINHARES E TEIXEIRA, 1981). Se não válida para os economistas, entre nossos historiadores ocorreu com o tempo uma espécie de “mutação” teórico-analítica reduzindo o conjunto de seu corpo teórico aos estreitos limites da versão cepalina e à nulidade do simplismo metodológico da teoria dos ciclos.

Mesmo com o impacto mundial das obras de Watkins, Baldwin e Hirschman, se bem assimilada pelos economistas, a teoria continuou a ser entendida como uma mera extensão da antiga e extremamente arraigada visão dos ciclos de exportação e não seria propriamente um exagero afirmar que nossa historiografia a desconsiderou quase que completamente e, por isso mesmo, tem sido vista de forma extremamente inadequada e defeituosa por parte de alguns historiadores do país.

Poderíamos afirmar, nesse sentido, que a teoria do desenvolvimento voltado para as exportações, muito além da versão estruturalista-cepalina, encontrou uma forte expressão em outros países, em especial nos trabalhos de Harold Innis (NEILL, 1991; BARAGAR, 1996; DRACHE, 1995), historiador da economia canadense cuja obra, em seu conjunto, tem sido considerada uma das principais contribuições da economia política do Canadá para a teoria econômica em geral e uma das mais poderosas críticas da modernidade que caracterizaram sua geração - que incluía Polanyi, Luckáks, Mauss (RAY, 2001).

Caberia realizar uma análise do conjunto da obra de Innis, conhecida como “Staple Thesis” e traduzida entre nós como Teoria do Produto Principal, bem como daqueles que deram o contorno metodológico de sua abordagem. Destacamos neste artigo alguns aspectos.

Innis concebia a economia essencialmente como um fenômeno social, com fortes determinações e condicionamentos recíprocos com o universo antropológico, político e cultural das sociedades². Apenas para ficarmos em um exemplo, sua concepção de mercado se aproxima muito de algumas definições contemporâneas (principalmente antropológicas) e do grande debate que tem ocorrido em torno delas (APLLBAUM, 2005; HUMPHREYS, 1969; SWEDBERG, 1994). Para ele “...os mercados surgem das relações sociais, (...) e como principal mecanismo da vida econômica era socialmente determinado e historicamente construído sobre diferentes condições de produção e diferentes circunstâncias históricas” (DRACHE, 1995, p. xxxii-xxxiii).

Desta forma, se o ponto de partida da análise constitui a base de exportação do produto principal, são as determinações desta com a evolução dos fenômenos sociais, geográficos e culturais, além das modificações que viriam a sofrer como parte da integração das sociedades ao mercado mundial, que se colocavam como centro de análise (DRACHE, 1995; RAY, 2001). Categorias próprias dessas economias como seus mercados internos (anteriores ou concomitantes à expansão do produto principal), as hierarquias sociais, a organização institucional e o contexto cultural herdado, entre outros, são considerados iminentes ao funcionamento das economias exportadoras. A confusão entre o pensamento de Innis e a teoria dos ciclos de exportação, além de equivocada, tem implicado em um extremo simplismo na sua avaliação e no seu arsenal conceitual e analítico.

Outro componente essencial de sua abordagem está na consideração e importância dada à geografia econômica e à questão da distribuição espacial dos mercados. O ponto de partida das características físicas do produto de exportação abriu-lhe um espaço de análise em que os condicionantes naturais terão papel essencial. Muitos economistas reduziram esse aspecto de sua análise a uma mera “dotação de recursos” e às “funções de produção”. No entanto, esse componente da análise vai permitir a inclusão de categorias de fundamental importância ao corpo geral da abordagem, com destaque pelo condicionamento dos elementos naturais nas inúmeras formas de organização da produção, relações sociais e, principalmente, pela consideração regional e distribuição espacial dos mercados. A

² É curioso perceber que Innis se autodenominava “a dirt economist” exatamente por levar em conta estes aspectos dentro do universo da economia, em contraposição aos seus colegas. DRACHE (1995). p. xv

concepção regional da organização das economias de exportação se torna, assim, quase que um pressuposto de análise e a simbiose homem/natureza, explícita ou implicitamente presente, surge como um instrumento estratégico de explicação, antecipando várias questões da “História Ambiental” que vem se desenvolvendo nos dias atuais (DRACHE,1995, p. xxiv)

Na forma como tem aparecido entre os próprios economistas que foram responsáveis pela evolução posterior da abordagem, ou seja, como “indução” a investimentos decorrentes das características físicas do produto e que são determinados basicamente por distintas funções de produção (WATKINS, 1977; BALDWIN, 1977), fica encerrada praticamente aos estreitos limites da economia *stricto sensu*. Mesmo Hirschman (1985), outro economista cujo brilhantismo decorria exatamente do ecletismo e interdisciplinaridade da concepção das relações econômicas, pela influência marxista quando estudou o assunto, não levou em conta a velha tradição de Innis da compreensão das relações econômicas incorporadas ao tecido social. A reinterpretção do conceito nesse sentido ampliaria em muito sua capacidade explicativa e a compreensão das economias agrárias de exportação.

Mais recentemente tem surgido uma outra teoria que tem como foco central as economias de exportação e seu maior ou menor potencial de desenvolvimento econômico. Trata-se da abordagem das Cadeias Globais de Mercadorias (*Global Commodity Chains*), também com o devido impacto entre os economistas do país, mas aparentemente ainda desconsiderada pelos historiadores (GEREFFI E KORZENIEWICZ, 1994; TOPICK E CLARENTH-SMITH 2003).

Incorporando e superando a “*Staple Thesis*”, a abordagem das redes ou cadeias de mercadorias tomou o produto primário como eixo de análise, mas o fez de uma forma tal que suas estruturas de produção, redes de comercialização interna e externa, distribuição nos países importadores e o próprio consumidor final conformam-se em elos de uma cadeia que se torna um objeto em si mesmo, uma “totalidade” a ser investigada em suas partes constitutivas e determinações recíprocas. Permeados e contextualizados por relações sociais explicita-se a natureza metodológica interdisciplinar da abordagem.

Concebida dessa forma, há uma historicidade implícita no conceito. Como raramente essas redes (GEREFFI E KORZENIEWICZ, 1994, p. 07) mantêm as mesmas características no correr do tempo, com substanciais modificações desde a estrutura de demanda até a de

produção, sua natureza dinâmica é assumida como um pressuposto e, portanto, são consideradas em si mesmas como um “constructo” histórico (HOPKINS E WALLERSTEIN, 1994). Para além das variações temporais, evidentes em si mesmas quando pensamos no comércio internacional do café, também ocorrem importantes alterações nos distintos elos dessas cadeias se observarmos sua disseminação no espaço, em um mesmo período, levando em conta a enorme diversidade em que vão se concretizar (ROSEBERRY, GUDMUNDSON E KUTSCHBACH, 1995; SAMPER, 2003).

Entre as observações dessa percepção, nesta análise, temos a que implica a supressão do Estado Nacional como totalidade explicativa. São os processos de interação entre os universos micro (aquele da produção realizada em âmbito local e regional) e macro (o próprio mercado internacional e os países importadores), com os componentes da intermediação comercial desde a exportação até o consumo final, processos que ocorrem acima e abaixo do âmbito do Estado Nacional, que se colocam como o foco central da abordagem (GEREFFI E KORZENIEWICZ, 1994, p. 02). Ou seja, trata-se de ressaltar o avanço analítico da superação daquelas visões que partiam do conjunto das economias de exportação, consideradas como entidades abstratas, sem a devida diferenciação espacial interna e, normalmente, confundidas com a região de maior importância na produção deste ou daquele país. Assim, aquelas regiões “secundárias”, de produção inferior e que muitas vezes se caracterizavam por importantes diferenças locais na organização da produção, regime fundiário e formas de exploração podem ser compreendidas em toda sua singularidade. Muitas vezes, elas próprias são percebidas como cadeias específicas uma vez que as relações que ocorrem entre produtores e os comerciantes internos, beneficiadores do produto ou mesmo os canais de exportação se alteram significativamente dentro de um mesmo país.

Analisaremos, sob estas observações iniciais, a economia exportadora cafeeira em Minas Gerais no século XIX até o início do século XX, procurando situá-la principalmente no contexto das economias exportadoras internacionais além, é claro, do contexto nacional.

Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” Cafeeira (1850-1929)

Inicialmente, o objeto principal é verificar a forma em que se deu a inserção da economia cafeeira da Mata mineira no comércio internacional, como base produtiva de uma cadeia específica dessa “commodity”, historicamente delimitada e com a devida intermediação da rede dos agentes responsáveis pela canalização e distribuição do produto até o porto do Rio, principal ponto de articulação dessa economia com o mercado externo.

De início, é importante destacar a delimitação espacial dessa economia, bastando algumas breves observações sobre sua inserção não só no âmbito do aparato político-administrativo do qual participava, quanto daquele referente ao conjunto da região de produção agroexportadora do país (PIRES, 2004).

Percebemos que a região se define por uma série de simetrias e assimetrias, continuidades e discontinuidades, rupturas com o contexto histórico no qual surgiu e vai se desenvolver. Se identificada pela natureza exportadora com as principais regiões cafeeiras do país, será sua inclusão no espaço político-administrativo mineiro que lhe fornecerá um primeiro contorno importante.

Marcado pela desintegração de seu território, o estado de Minas viveu, à medida que se consolidava o declínio minerador, uma reorientação econômica que implicou o surgimento de um forte setor produtor de alimentos e outros produtos primários voltados para o consumo interno. Ao mesmo tempo, formou-se e consolidou-se, na região da Zona da Mata, uma típica economia de produção e exportação de café que vai se tornando o espaço econômico mais rico do estado desde o final do século XIX até, pelo menos, o final da década de 1920 (GIROLETTI, 1976). A mesma natureza exportadora que identifica a zona da Mata com outras regiões do país será o principal elemento delimitador de seu espaço no interior do território mineiro.

Retomando a questão da desintegração econômica típica de Minas no período, o território mineiro se fez em distintas regiões precariamente integradas entre si e muito mais voltadas para aqueles estados com os quais mantinham fronteira (o Norte com a Bahia, o Triângulo e o Sul com São Paulo, a Mata com o Rio de Janeiro), a ponto de a noção de “mosaico mineiro” ser extremamente apropriada para o caso da Zona da Mata, especialmente quando ressalta o desenvolvimento das distintas regiões do estado “...em diferentes linhas de tempo” (WIRTH, 1982, p. 41).

Minas encontra suas raízes e identidade históricas em seu antigo “século do ouro”, com sua urbanização única, do barroco e do iluminismo, dos movimentos de independência e de sólidos impactos de integração e diversificação econômicas e de formação de mercados, mas também do jugo colonial. Em seu período, a região da Zona da Mata sequer existia como espaço econômico uma vez que foi proibida sua ocupação exatamente para evitar desvios na usurpação do ouro (VALVERDE, 1958).

Outras são as raízes históricas da Mata mineira. Aqui temos um exemplo típico da forma em que se deu a incorporação de diferentes regiões da América Latina ao mercado internacional no século XIX, na base do liberalismo e do “*laissez-faire*”, de uma re-elaboração e metamorfose da relação entre centro e periferia do já consolidado mercado internacional capitalista. Seu processo de desenvolvimento econômico esteve atrelado completamente à expansão capitalista que ocorreu ao menos em parte da periferia do sistema mundial no século XIX: a industrialização, a eletricidade, as estradas de ferro, expansão e consolidação do trabalho assalariado, urbanização capitalista, “modernização” social e cultural. Nesse sentido, o desenvolvimento histórico da Zona da Mata foi uma “...ruptura com o passado histórico de Minas Gerais.” (PEDROSA, 1962, p. 189).

Em outras palavras, a evolução histórica, o ritmo e o padrão de desenvolvimento econômico da zona da Mata destoam significativamente daqueles que caracterizam o conjunto da “unidade” mineira e, na ausência de seu reconhecimento como tal, a historiografia de Minas tem desconsiderado o papel de sua região exportadora mais importante, deslocada do universo mineiro, a ponto de não compartilhar a sua “alma”, uma “estreita faixa de terra”, mera extensão produtiva da economia do Rio de Janeiro, uma região amorfa, destituída de identidade própria³. A caracterização da economia cafeeira da Mata como um “enclave” não resiste ao menor confronto com a realidade, mesmo se restringirmos tal afirmação para o século XIX. Outro exemplo nesse sentido se refere ao processo de industrialização de Minas Gerais e da zona da Mata, pois se a indústria em Minas surgiu e se desenvolveu de forma descentralizada, com

³ “(...) A emergência do setor cafeeiro e seu rápido crescimento após a metade do século não alteram o quadro. A região cafeeira foi, desde o início, um enclave exportador que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era uma extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas ligações eram com o mercado do Rio de Janeiro. (...)” MARTINS, R. (1982), p. 39; MARTINS e MARTINS (1983), p. 537-568. Análise semelhante em OLIVEIRA, 1991:17.

destaque para as regiões não exportadoras, desconsideram o fato de que se existem processos de industrialização em áreas de produção agrícola de mercado interno, não significa que o processo não tenha fortes vínculos com o setor cafeeiro naquelas regiões predominantemente agroexportadoras do estado⁴.

Para retomarmos a questão da presença da região dentro do território mineiro, outros elementos ainda são dignos de nota. A condição interiorana do estado de Minas pode ser analisada como uma contradição com a natureza externa da economia da Mata, o que marcará definitivamente sua posterior evolução estrutural, além de avançar na sua definição como espaço agroexportador próprio. Assim sendo, todo o fluxo de exportação da produção da região será realizado a partir do aparelho comercial e financeiro do Rio de Janeiro pelo menos até o final do século XIX. Esse aspecto é crucial uma vez que revela que um dos componentes mais importantes da rede de mercadorias aqui em questão (o espaço de distribuição e comercialização externa do produto) não se definia no mesmo espaço da produção, uma condição específica e periférica da região no interior dessa rede de mercadorias.

Mais ainda se pensarmos que a estratégia utilizada pelas elites mineiras para solucionar o grave problema de sua integração econômica passou pela criação e construção de um centro político-administrativo localizado fora dos limites da região, um outro condicionante definitivo da posterior evolução de sua economia de exportação e o que significou na canalização de recursos via impostos sobre exportações (concentrados em sua principal região cafeeira) e sua distribuição para outras regiões de Minas⁵. Por fim, a absorção de

⁴ Este é predominantemente o caso de Lima (1981) e de algumas análises para a industrialização de Juiz de Fora como Giroletti (1980), Arantes (1991) e Oliveira (1991). Outros vão em sentido oposto:“(...) O fato de que um grande número de indústrias fossem estabelecidas em áreas produtoras de café é uma evidência indiscutível da participação da economia cafeeira no surgimento da indústria em Minas Gerais. (...)”. (BIRCHAL, 1994, p. 138).

⁵ “As taxas representando a princípio 3% do valor do produto assumiram sucessivamente as seguintes percentagens: 4%, 3,5%, 4%, 11%, 9%, 8,5%, descendo depois a 7%, a taxa que conserva ainda hoje. Além desta porcentagem ad valorem, o Estado arrecada ainda, desde 1907, a taxa fixa de 3 francos, ouro, por saca de café exportada, a taxa também fixa de 1\$000, ouro, desde 1925 e a taxa de viação, representando um adicional de 1% sobre o total de todos os impostos, desde 1916. Com exceção da taxa de 1\$000, ouro, que é destinada a custear as despesas de propaganda e valorização do café, e viação, que se destina ao desenvolvimento da rede de estradas de rodagem do Estado, **os demais impostos entram indistintamente no orçamento público e**

recursos do produtor pelo capital comercial via comissão e financiamento da produção. Mas é o comportamento da produção da região e sua posição dentro da produção do país e, principalmente, dela, isoladamente, frente àquele dos principais produtores mundiais – em uma primeira aproximação com a abordagem das redes mundiais de mercadorias- que vão se colocar, talvez, como os principais delineadores da Mata como um espaço agroexportador próprio.

A Cadeia Global do café sofreu importantes mudanças. Seu espaço social de demanda, por exemplo, vinha se transformando substancialmente desde o final do século XVIII. De uma bebida exótica e de luxo, restrita ao consumo das elites, o café foi se incorporando ao crescente mercado de consumo de massa inerente à expansão industrial que vinha sofrendo o centro do sistema mundial. Esse processo de “comoditização” do café só ocorreu, contudo, devido às suas características físicas como um forte estimulante e o papel que a generalização de seu consumo desempenhou na disciplina e rigidez típicas das linhas de montagem do novo processo de produção. A particular combinação do café com o ritmo típico de sociedades cada vez mais “modernas” é um componente essencial para a compreensão do comportamento social de sua demanda no longo prazo (SAMPER, 2003; JAMIESON, 2001).

A evolução da oferta também merece atenção. Produto típico dos trópicos, extremamente sensível a pequenas variações de clima e solo, a distribuição mundial da produção experimentou grandes mudanças até o século XIX, quando foi introduzido no Brasil (ROSEBERRY, GUDMUNDSON E KUTSCHBACH, 1995). As condições naturais quase perfeitas, a dotação de fatores como terra e mão de obra implicou a organização de unidades de produção e formação de economias de escala que serão os principais responsáveis pela queda do preço do produto no mercado internacional. A proporção que a produção cafeeira do Brasil assumiu na base da cadeia internacional do café (de longe, o principal produtor mundial), bem como as condições da organização interna de sua produção permitiram a notável reestruturação da rede global do café no correr do século XIX (LESSA, 2000, p. 109).

Como se sabe, o eixo principal da produção modificou-se basicamente entre duas regiões: o Rio de Janeiro (o Vale do Paraíba fluminense) e São Paulo (principalmente o Oeste paulista). Minas

não interessam senão indiretamente à lavoura do café.” ALVIM (1929), p. 70 apud COSTA (1978), p. 97 (grifo nosso).

nunca iria se colocar, pelo volume total da produção, sequer próxima das principais regiões produtoras do país em seus respectivos períodos de primazia; no entanto, isso não significa necessariamente que sua produção tenha sido decadente ou insignificante, como apregoa a historiografia.

Como já observado, a economia cafeeira de exportação de Minas tem sido grosseiramente identificada com aquela que se desenvolveu no Rio de Janeiro. Assim, entre tantos outros aspectos, também o comportamento geral de sua produção é definido dentro dos parâmetros cronológicos básicos em que ocorreu a produção fluminense: com um apogeu definido em meados do século XIX e um processo de crise e declínio que começa a se delinear nos anos 1880 e encontrando na abolição e na crise dos preços do produto do início do século XX seus contornos definitivos (STEIN, 1969; COSTA, 1982)

No entanto, essa identificação do comportamento da produção não ocorre, como analisamos nos dados abaixo, que foram organizados por um dos principais autores representativos da tendência aqui em questão (CANO, 1985, p. 293) e, com base nos mesmos números, chegaremos a conclusões completamente opostas.

Tabela 1: Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1.000 sacas)

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

Verificamos que a produção de Minas, entre 1876-1880 e 1921-1930, cresceu cerca de 349% (saltando de 767 mil para 3.445 mil sacas), 92% apenas entre as décadas de 1891-1900 e 1921-1930, para ficarmos na fase do pós-abolição. Frente ao Rio de Janeiro (gráfico 1), há uma completa reversão no quadro. Do início ao fim da série, esse estado

experimentou um declínio de 47%, perdendo a primazia da produção e a própria posição de segundo maior produtor do país para Minas Gerais já na década de 1890. Minas manterá a posição de segundo maior estado produtor do país desde o final do século XIX até a segunda década do século XX, numa média em torno dos 18 a 20%, acompanhando, aliás, o ritmo de crescimento total da produção do Brasil no mesmo período (340% e 349% respectivamente – Gráfico 2).

Considerado em termos absolutos, com base nos dados fornecidos por Aristóteles Alvim (1929, p. 73-105), o comportamento da produção no longo prazo é nitidamente ascendente, em que pesem algumas oscilações (Gráfico 01).

Gráfico 1: Evolução da produção de café de Minas Gerais médias quinquenais 1850/1924

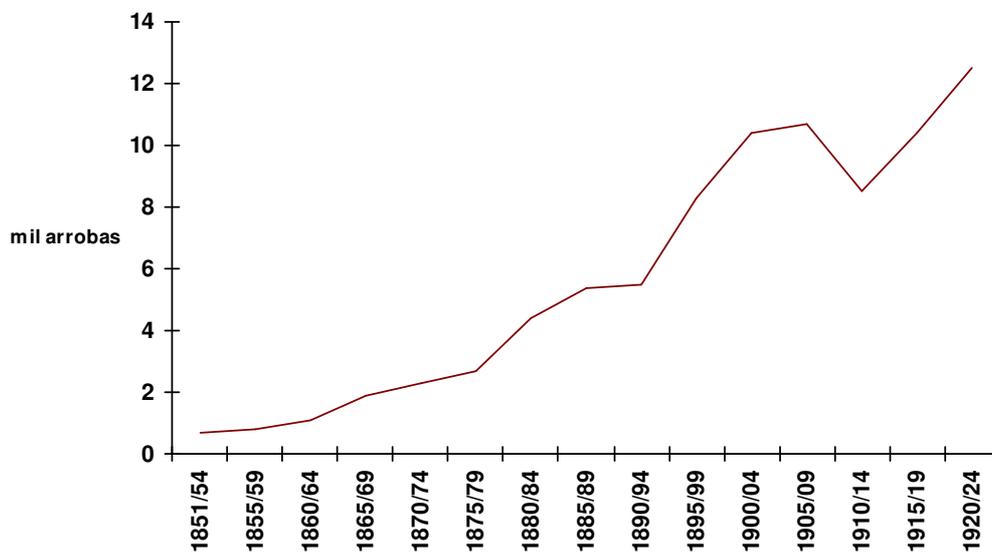


Gráfico 2: Evolução da produção de café Rio de Janeiro e Minas Gerais 1876/1930

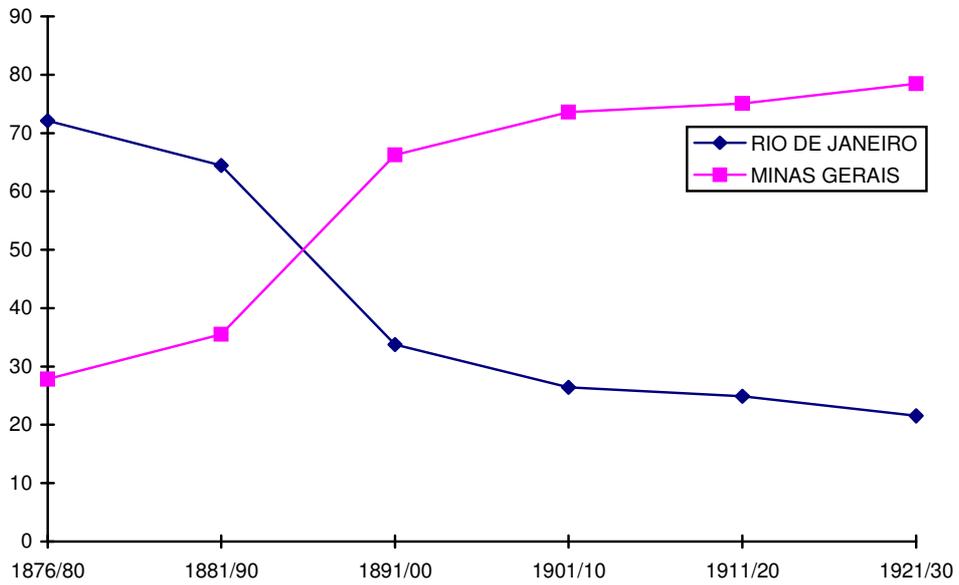
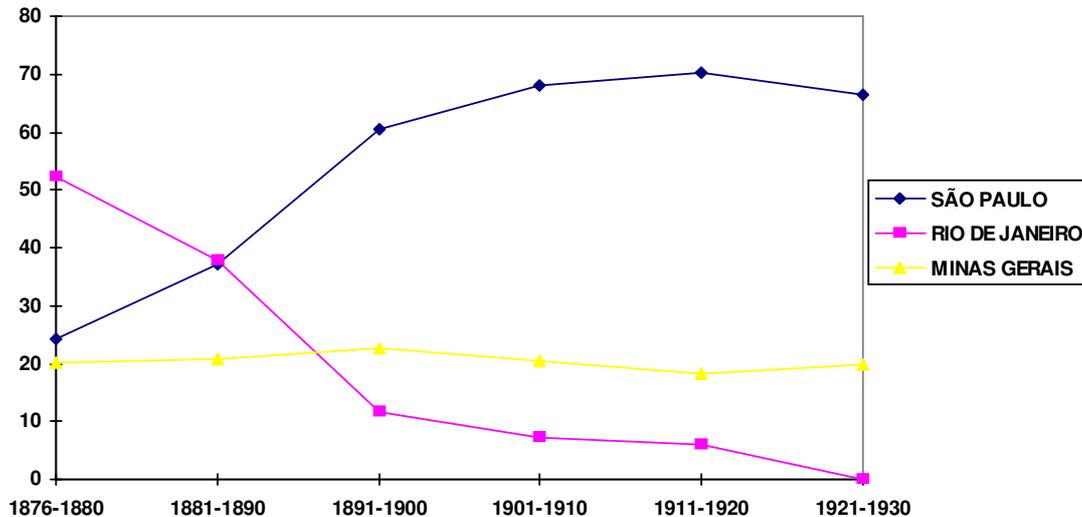


Gráfico 3: Evolução da produção de café São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro 1876/1930



Encontramos, também aqui, outro importante elemento delimitador da economia agrária de exportação da Mata como espaço próprio, já que Minas possui um ritmo e comportamento absolutamente singulares no conjunto da produção do país: mesmo estando distante do dinamismo paulista, também não pode ser identificada com o declínio e decadência da região fluminense. Mais que isto, no período em que se delimitou, o crescimento e comportamento da produção em Minas foi “ofuscado”, pelo ritmo e proporções do crescimento do Vale Fluminense (a primeira a assumir a primazia na base da cadeia de mercadorias identificada pelo Rio) e, posteriormente, pelo estonteante ritmo de crescimento do Oeste Paulista (principal região produtora da cadeia de mercadorias identificada com São Paulo). E como a produção mineira sempre fora proporcionalmente bem inferior àquela dos estados mais importantes poucos deram a ela a devida atenção, mesmo sendo o Estado o segundo produtor de um país que era responsável por cerca de 70% em média da produção de todo o globo.

Uma vez que será o dinamismo da produção de exportação o principal componente do potencial e de delimitação da transição capitalista, teremos aqui uma característica que vai diferenciar a principal região produtora de Minas, principalmente em sua evolução

posterior à abolição da escravidão. Por outro lado, pela importância que assume na produção do país, pode ser colocada na base da produção da cadeia global da “*commodity*” cafeeira do Rio, pelo menos a partir do final do século XIX, com todas as conseqüências no âmbito teórico-analítico que essa posição vai acarretar. Como já observado, as redes ou cadeias de mercadorias raramente se apresentam como conjuntos estáticos na história; ao contrário, sua natureza dinâmica e contínuas modificações é que vão se colocar como núcleo do conceito.

Sendo assim, é importante verificarmos a proporção que a produção da região, isoladamente, assumirá no conjunto da produção mundial no período. Quando vista em conjunto, sabemos que a produção de São Paulo sozinha corresponde a cerca de 50% da produção mundial da rubiácea, ao menos, em parte do período que estamos estudando (TOPICK E CLARENTH-SMITH, 2003). A economia de São Paulo tem sido tomada como “o modelo” para o estudo das economias agrárias de exportação de café, principalmente na relação do café com a indústria e com a transição capitalista de uma forma geral (DULCI, 1999). Mas do ponto de vista da cadeia global de mercadorias, pode ser entendido mais como exceção do que propriamente uma regra e como existem vertentes historiográficas que insistem em analisar o conjunto das economias agroexportadoras no Brasil meramente a partir do ângulo paulista outras experiências nas quais o café desempenhou papel essencial na transição capitalista são ou desconsideradas ou esvaziadas em sua importância (MENDONÇA, 1997, p. 01).

Retomando a questão da zona da Mata, poderemos compreender a posição que a região assumiu na distribuição mundial da oferta. Percebemos que a produção mineira é maior que a de países inteiros, como, por exemplo, a Colômbia, um dos maiores produtores mundiais de café no período aqui considerado⁶ (tabela 02). Supera também a produção de toda a América Central e México reunidos no período que vai de 1881 até 1925. Além disto, excluído o Brasil, teve produção superior a toda América Latina até o quinquênio de 1916-1920 (141,46 mil toneladas para a primeira e 152,43 para Minas Gerais), sendo superada apenas no final da década de 1920 (Tabela 03).

⁶ Ver, entre tantos, os seguintes trabalhos: UKERS (1935), Cap. XVII; OCAMPO and BOTERO (2000); PALACIOS (2002).

Tabela 2: Média quinquenal da produção de café de Minas Gerais em relação à da Colômbia 1850/1924

QUINQUÊNIO	Produção de Café em Minas Gerais (em arrobas)	Produção de Café em Minas Gerais (em milhares de toneladas)	Produção da Colômbia (em milhares de toneladas)	Porcentagem da Produção Mineira em Relação à da Colômbia
1851/54	711.732	11.84	-----	-----
1855/59	809.780	11.85	-----	-----
1860/64	1.150.152	16.83	-----	-----
1865/69	1.973.591	28.89	-----	-----
1870/74	2.313.954	33.87	-----	-----
1875/79	2.797.420	40.95	-----	-----
1880/84	4.444.583	65.06	6.47	905.56
1885/89	5.477.724	80.19	10.78	643.87
1890/94	5.583.195	81.73	19.51	318.91
1895/99	8.399.271	122.96	26.78	359.14
1900/04	10.492.749	153.61	35.05	338.25
1905/09	10.791.373	157.69	37.06	325.49
1910/14	8.529.278	124.86	56.96	119.20
1915/19	10.412.385	152.43	78.42	94.37
1920/24	12.519.504	183.28	127.62	43.61

FONTES: Para Minas Gerais : Alvim (1929), p. 73-105. apud GIROLETTI (1976), p. 155. **OBS:** Para 1855/59 “a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado”.

Para a Colômbia: TOPICK e SAMPER (2003). Anexo estatístico.

Tabela 3: Produção média de café de Minas Gerais com algumas das principais regiões do mundo (1851-1924) (em milhares de toneladas)

Quinquênio	Produção da América Central e México ¹	Produção do Caribe ²	Produção da América do Sul ³	Produção de Minas Gerais ⁴
1881-1885	54.84	48.12	44.64	65.06
1886-1890	48.61	50.96	48.86	80.19
1891-1896	72.86	51.90	64.87	81.73
1896-1900	90.93	42.47	80.66	122.96
1901-1905	114.28	37.06	80.77	153.61
1906-1910	129.48	35.02	82.88	157.69
1911-1915	129.79	40.82	120.56	124.86
1916-1920	122.87	41.11	141.46	152.43
1921-1925	157.21	44.56	190.22	183.28

Notas: 1. Inclui: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e México

2. Inclui: Haiti, Jamaica e Porto Rico

3. Exclui a produção brasileira

4. Quinquênios contados entre 1880-1884 e assim sucessivamente; último ano para 1924

Fonte: ver tabela 2

Estamos, portanto, entre uma das principais regiões cafeeiras do mundo (se fizermos a proporção com países isolados), o que lhe garante uma posição bastante singular na distribuição mundial da oferta no período aqui considerado. Acrescentando o valor da “*commodities*”, podemos imaginar a quantidade de recursos que esta economia conseguiu mobilizar. É de se lamentar, perante um quadro como este, o descaso com que a economia do café de Minas tem sido considerada por parte da historiografia do país e aquela que tem sido produzida pelos próprios historiadores de Minas Gerais. A dinâmica de sua produção e a proporção que esta assumiu no contexto internacional lhe confere o papel de base produtiva de uma das mais importantes cadeias de mercadoria que se organizou no país, e se pensada como um espaço próprio, crivado por contradições e assimetrias decorrentes da natureza externa de sua produção e sua restrição a um espaço interiorano (aqui tomadas como especificidades) se colocará como uma realidade histórica única na compreensão geral das economias agroexportadoras e da própria forma como se deu a consolidação capitalista no Brasil.

Efeitos de encadeamento, industrialização e finanças: a formação do “complexo agroexportador” em Minas Gerais

Guardadas as considerações anteriores, cabe a esta análise verificar o universo interno e a evolução estrutural da economia agrária de exportação da Mata mineira.

O processo de ocupação e expansão cafeeira na zona da Mata iniciou-se na primeira década do século XIX (OLIVEIRA, 1999), mas só encontrará sua consolidação e efetivo desenvolvimento a partir de meados desse mesmo século, em especial devido ao aprimoramento da rede de transportes, de início com a fundação da rodovia União e Indústria e, posteriormente, com a chegada da estrada de Ferro em 1875 (BLASENHEIM, 1994). Essa delimitação cronológica é importante porque, tendo em vista a dimensão histórica e dinâmica da base produtiva dessa cadeia mundial do café, será somente a partir dela que poderemos compreender a defasagem que marca os ciclos de produção do Rio e da Mata, fornecendo a Minas outras condições objetivas de expansão à medida que avançamos no século XX (PIRES, 1993).

Por outro lado, se sua área sul, mais próxima do Rio de Janeiro, teve ocupação inicial na região, será o último avanço da fronteira para as áreas norte e nordeste, no princípio do século XX, que permitirá a continuidade e a elevação da produção que encontra nos planos de valorização do produto iniciados em 1906 uma importante explicação.

De qualquer forma, como tantas outras regiões, a expansão do café pela zona da Mata mineira foi acompanhada pela criação de uma série de núcleos urbanos complementares à economia de exportação, de dimensões variadas, mas que encontraram em Juiz de Fora sua referência mais importante, uma vez que esta consolida sua função de entreposto comercial à medida que se dá a própria expansão e aprimoramento da rede de transporte integrando a região (GIROLETTI, 1976; BLASENHEIM, 1994). Formou-se, assim, no interior da Mata uma hierarquia urbana responsável pela colocação de Juiz de Fora como o principal núcleo da região, o espaço mais importante em que irá se concretizar a diversificação econômica e setorial típica da transição capitalista.

Em conseqüência, os efeitos de encadeamentos gerados na produção de café da região foram em grande parte internalizados, mesmo que levemos em conta os limites que a zona da Mata vai encontrar para seu desenvolvimento. São relativamente conhecidos os aspectos básicos do processo de crescimento urbano de Juiz de Fora,

em especial a partir da década de 1880 (MIRANDA, 1990). O desenvolvimento das comunicações (telégrafo e telefonia), dos transportes urbanos, serviço de eletricidade, comercial e industrial, bancos, entre outros, e especialmente, como resultado desse processo, já no final do século XIX, constituirá uma conjuntura relativamente incomum em municípios de seu porte e cuja interação será fundamental para a posterior evolução econômica da cidade (CROCCE, 2006).

Aprofundamos aqui a análise da relação entre o que consideramos o desenvolvimento de um sistema financeiro na própria região⁷ e as relações que estabeleceu com os outros setores da economia, principalmente a indústria, tendo a abordagem dos efeitos de encadeamento e da cadeia global de mercadorias como referência teórico-analítica.

Encontramos na zona da Mata uma miríade de relações sociais que implicaram uma maior ou menor articulação da força de trabalho com o mercado e a conseqüente formação de um espaço social de demanda de bens manufaturados assalariados. A combinação entre a dinâmica da produção de exportação e a forma como se deu a reorganização social do processo produtivo vão permitir que os efeitos de encadeamento de consumo tenham impacto na economia local e regional.

Há *estimativas* de que a mobilização monetária envolvendo o pagamento de trabalhadores na cafeicultura pode ter atingido 40% do valor total da produção em meados da década de 1890, representando montantes próximos a 6.700:000\$ (cerca de 283 mil libras) apenas no município de Juiz de Fora (PIRES, 1993, p. 130). Até mesmo referências explícitas por parte de industriais locais demonstram a importância do mercado de consumo socialmente delineado pelos trabalhadores radicados no setor cafeeiro. Relatório da Cia. Têxtil Industrial Mineira (uma das maiores da cidade) de 1905 (apud OLIVEIRA, 1991, p. 351) afirma:

De acordo com o Conselho da Diretoria, o aumento no valor externo do mil-réis não apenas acarretou

⁷ “Um sistema financeiro constitui um universo inter-relacionado de instrumentos, instituições e mercados financeiros que operam em um determinado lugar e em um dado período, ou seja, constitui a superestrutura financeira de uma economia. Sendo assim, os sistemas financeiros podem diferir ou se assemelhar um com os outros pelas suas características, métodos de operação e a extensão de seus instrumentos, instituições e mercados.” GOLDSMITH (1987), p. 01.

uma paralisação geral dos negócios como também diminuiu a demanda por têxteis na medida em que reduziu a renda dos fazendeiros em mil réis. Como afirmado pelo Conselho, esta apreciação das taxas de câmbio reduziu **‘os recursos daqueles que trabalham no setor agrícola, que são nossos principais consumidores’**.

Ainda que distante dos padrões paulistas, esta reorganização social da produção na Mata mineira provocou um notório processo de industrialização que acabou por colocar o município de Juiz de Fora como o principal centro industrial do estado (superando inclusive sua capital) até o final dos anos 1920. O número de empresas industriais no município cresceu de 45 em 1907 para cerca de 186 em 1920, abrangendo uma diversificação setorial que incluía têxteis, bebidas e alimentos industrializados, materiais de construção, mecânica e metalurgia, couro, papel, cimento, entre tantos (PIRES, 2004). Tamanha era a diversificação do setor industrial no município que um observador local notou em 1925:

Quer o leitor uma folha de papel para embrulho? Aqui a tem, fabricada em Juiz de Fora. Uma bandeja, um copo de metal, uma jóia delicada, seda para camisa, uma colcha, um cobertor, uma toalha, uma gravata, um colarinho, uma maleta, um motor elétrico, plaina, um copiador, um piano? De tudo encontrará, feito em Juiz de Fora.⁸

Os dados da tabela 4 mostram que, em 1907, Juiz de Fora, isoladamente, concentrou 22% do capital e cerca de 25% de toda produção industrial do estado (PIRES, 1993, p. 133). As proporções de capital, operários e produção por estabelecimento atingem os montantes, respectivamente, de 157, 96 e 213 pontos percentuais a mais para o município. As mesmas comparações feitas para a Zona da Mata tornam mais nítidos os níveis de concentração e uma dimensão média bastante superior àqueles vigentes no estado e região.

⁸ O Dia 18/01/1925

Tabela 4: Participação da indústria de Juiz de Fora em relação ao estado e à zona da mata de Minas Gerais 1907

	M. GERAIS	Z. DA MATA	J. DE FORA	% MG	% ZM
Nº ESTAB.	524	192	43	8,20	22,34
CAPITAL *	26.515	10.459	5.859	22,09	56,01
Nº OPER.	9.421	2.997	1.516	16,09	50,58
PRODUÇÃO	32.444	14.070	8.341	25,86	59,28
CAP./EST.*	53	54,47	136,25	+157	+150
OPER./EST.*	18	15,60	35,25	+96	+125
PROD./EST.*	62	73,28	193,27	+213	+164

A industrialização em Minas Gerais teve no século XIX um forte ímpeto, em especial, na indústria têxtil e com uma concentração nas regiões norte e centro do estado. No entanto, essa industrialização ocorrera em função da ausência de economias externas, especialmente uma infra-estrutura de transportes, responsável por tal elevação dos fretes que tornava a produção local viável, mesmo que a custos superiores (OLIVEIRA, 1991). Não foi, assim, no período, consequência de transformações estruturais da economia, mas o resultado de um processo de redução dos custos gerais de reprodução de economias regionais voltadas para o mercado interno e de diversificação de seus circuitos próprios.

Outro foi o padrão da industrialização de Juiz de Fora, já delineado, que acompanhou de perto as transformações estruturais de uma economia de base exportadora que vinha sofrendo nitidamente um processo de transição capitalista, com base na diversificação de seu universo urbano-industrial e visivelmente condicionado pela renda decorrente das exportações. Foi exatamente como consequência do dinamismo desse processo que o eixo industrial do estado se deslocou para sua região agrária de exportação já no final do século XIX, posição que mantém até o final da década de 1920, quando Belo Horizonte assume a primazia industrial de Minas. A correlação entre industrialização e produção agrícola de mercado interno, tem tido uma relevância exagerada pela historiografia mineira e a negação da interação café/indústria para o conjunto do Estado, uma constante nessa mesma produção historiográfica, necessita ser revista.

Além disto, visto em sua totalidade, o processo de industrialização local acompanhou o delineamento da industrialização que vinha ocorrendo nas economias de exportação cafeeira do Brasil. Se reunirmos informações já existentes (ANDRADE, 1987, p. 24-26)

com dados que obtivemos por anúncios de jornais locais, percebemos que, se até a Primeira Guerra Mundial havia um predomínio nítido daqueles setores produtores de artigos manufaturados leves, de consumo assalariado, a partir daí começam a surgir inúmeras indústrias de artigos intermediários e equipamentos, não estando ausentes iniciativas visivelmente associadas à substituição de importações⁹. Além disso, se considerarmos a forma de organização das firmas como critério, esse processo atinge seu clímax na década de 1920, quando temos em média a formação de mais de uma empresa industrial em sociedade anônima por ano (PIRES, 2004, p. 304-306).

Contudo, em que pese sua importância regional, a industrialização de Juiz de Fora vai refletir nitidamente os limites sócio-espaciais e econômicos no interior dos quais vai se dar. Apesar da dinâmica e do grande porte de algumas unidades fabris, a restrição de muitas aos mercados local e regional marcou este parque industrial com fábricas que, quando comparadas aos grandes centros industriais, lhes configura apenas dimensões pequenas e médias, algumas ainda na fase manufatureira, o que será essencial para compreendermos seu processo de expansão e financiamento (PIRES, 1993, p. 134).

Tabela 5: Participação da indústria de Juiz de Fora em relação a alguns núcleos industriais do país 1907

	DIST. FEDERAL	S. PAULO	R.JANEIRO	J.FORA
CAPIT./ESTAB.*	254	393	415	136,25
OPER./ESTAB.	52,6	74,2	69,8	35,25
PROD./ESTAB.*	334	362	270	193,97

Ao mesmo tempo, acompanhando a crescente mercantilização e diversificação da economia, Juiz de Fora testemunha grandes transformações em seu setor comercial. Se notarmos os dados da tabela 06, entre os anos de 1870 e 1925, o número de estabelecimentos comerciais cresce cerca de 300%, saltando de 190 para 716. Se ficarmos entre os anos de 1891 e 1925, esta elevação é da ordem de

⁹ “A borracha manufaturada empregada em grande escala nas indústrias de toda a sorte são importadas dos Estados Unidos e Europa. Depois de declarada a Guerra, os diferentes utensílios de borracha subiram a preços exorbitantes, fato este que a cada dia mais se acentua. Agora porém um distinto industrial, o sr. Felipe Dilly, acaba de tomar a iniciativa de montar nesta cidade uma fábrica de manufatura de borracha.” *Diário de Minas* 15/12/1917.

180% (algo em torno de 5,29% ao ano). Esse crescimento é importante uma vez que pode ser explicado pela multiplicação de pequenas unidades de varejo, em especial no núcleo urbano, mas também em seus distritos agrícolas, um nítido resultado do processo de articulação das camadas mais baixas (principalmente trabalhadores agrícolas) ao mercado de consumo de bens manufaturados (LESSA, 2000, p. 117-118).

Tabela 6: Crescimento dos estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora 1870/1925
(períodos selecionados)

ANO	Nº ESTABELECIMENTOS	ÍNDICE
1870	190	100
1877	310	163
1891	384	202
1904	692	364
1925	716	377

Mas, a partir dos anos 1890, merece destaque o surgimento de várias empresas atacadistas, também de dimensões variadas, normalmente voltadas para a comercialização de alimentos, mas não estando ausentes aquelas que negociavam com equipamentos, máquinas e produtos importados, correspondendo em grande parte à função que o comissário desempenhava na provisão de bens diversos para os fazendeiros de café e a população em geral. O predomínio dessas empresas em contas passivas diversas de fazendeiros de café é notório à medida que avançamos no século XX. O mesmo pode ser dito quando avaliamos o ativo de empresas varejistas. Quanto às próprias unidades atacadistas, a presença invariavelmente majoritária de industriais e outros comerciantes locais em seus débitos também pode ser detectada. Um dos principais canais de afluência de recursos gerados na economia local para o Rio estava se rompendo paralelamente à formação de um circuito comercial endógeno extremamente complexo, delineado regionalmente e cujos fluxos mais importantes vão se encontrar no mesmo espaço econômico (PIRES, 2004, cap. 3)

É fundamental entendermos que a evolução do comércio cafeeiro do Rio de Janeiro reorientou completamente o universo de produção e distribuição no interior da cadeia de mercadoria do café

com ele associada (SWEIGART, 1980; FERREIRA, 1977). O desaparecimento de setores econômicos e grupos sociais inteiros identificados com a estrutura anterior (como o próprio comissário e o antigo ensacador), refletiram uma transferência do seu principal eixo produtor do próprio Vale para a Zona da Mata de Minas¹⁰.

A manutenção do porto do Rio como o principal canal de exportação da produção da Mata tem sido avaliada a partir da idéia de “Zona Rio”, o que implica a centralidade do porto do Rio de Janeiro e sua importância para o escoamento daquelas áreas que são consideradas como “satélites” (MELO, 1993). No entanto, do ponto de vista das economias regionais produtoras e da noção de base de uma cadeia mundial específica do café, inverte-se a situação, pois o que restou dos canais de distribuição e exportação de café no Rio de Janeiro se deve quase que exclusivamente à produção de outros estados, em especial Minas Gerais¹¹. Antigas e tradicionais Casas Comissárias, como Avellar Werneck e Cia. chegaram a afirmar, no final dos anos 1920, que seus principais clientes eram fazendeiros de Minas¹² e não deixa de ser curioso verificar que, em 1923, é inaugurada em Juiz de Fora a empresa industrial têxtil “Vera Cruz” de

¹⁰ “A construção de estradas de ferro encorajou a produção onde o café já era plantado e trouxe sua expansão para as áreas mais novas. A província do Rio de Janeiro cresceu principalmente devido à exportação de café através da cidade do Rio. A expansão das estradas de ferro, no entanto, permitiu uma maior expansão da fronteira para a região da Zona da Mata de Minas Gerais que no final do século ultrapassaria a província do Rio em produção.” SWEIGART (1980) p. 21-23

¹¹ “A zona Rio viveu, no decorrer destas primeiras décadas republicanas, da expansão cafeeira ocorrida nas terras mineiras e em menor proporção do crescimento da produção de café do Espírito Santo, isto explica a pujança comercial da cidade do Rio de Janeiro, na medida que intermediava o comércio de café da região, além de ser o maior porto importador do país (...). A concentração da riqueza na região também pode ser demonstrada pela distribuição do PIB regionalmente. O Rio de Janeiro e Minas Gerais respondiam em 1900 por 57% deste (...). A importância da zona Rio cafeeira foi assegurada nas primeiras décadas republicanas pelo crescimento das lavouras de café dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O café mineiro foi majoritariamente escoado pelo porto do Rio de Janeiro e o de Angra dos Reis (RJ) e o capixaba com a construção da ligação ferroviária de sua região produtora no sul do estado (...). No entanto, cerca de 20% da produção cafeeira capixaba continuou a ser comercializada na zona Rio. Até a Segunda Guerra Mundial o porto do Rio de Janeiro manteve embarques de café oriundos de São Paulo e Espírito Santo, além do tradicional café mineiro. Nos anos 1930 um pouco mais da metade do café embarcado pela zona Rio era mineiro, 26% em grãos fluminenses e cerca de 10%, respectivamente, paulistas e capixabas.” MELO (1993), p. 78.

¹² DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ (1934). **O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil**. DNC, Rio de Janeiro.

propriedade da firma Avellar Werneck e Cia. (propriedade dos srs. Ignácio de Avellar Werneck e Francisco de Avellar Werneck)¹³. Por outro lado, também temos referências de que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, como parte dos programas de valorização, chegou a financiar muitos comerciantes de café do Rio de Janeiro, através de descontos e outras operações de crédito, em especial aqueles que negociavam com o café mineiro¹⁴.

Reorienta-se, assim, o que era “marginal” ou “periférico” no interior dessa cadeia de mercadorias, já que do ponto de vista exclusivo das exportações de café, será o porto do Rio que vai se colocar em função da produção da Mata, isoladamente responsável por mais de 60% de suas exportações na década de 1930 (MELO, 1993, p. 77-81). Foi a produção de Minas, pela sua proporção na distribuição mundial da oferta, a responsável pela manutenção do Rio como um dos maiores portos de exportação de café no mundo. Sob esse ponto de vista se revela não só a importância do Rio como ponto de escoamento da produção de outras regiões, mas também a riqueza e complexidade das transformações internas de suas economias regionais produtoras, respeitando devidamente todas as suas singularidades. A superioridade analítica da abordagem das redes globais de mercadorias se manifesta, aqui, com toda a sua nitidez.

Mas é a organização do sistema bancário e sua singular articulação com o setor cafeeiro na região que merecem nossa atenção neste momento. Quando lidamos com o universo financeiro das economias cafeeiras revelam-se diversos fenômenos cuja complexidade só pode ser devidamente entendida através dos instrumentos analíticos herdados da velha tradição de Innis e, em parte, dos formuladores de sua escola. Aqui, os componentes típicos das características físicas do produto e sua forma de cultivo, a composição social e distribuição da renda decorrente das exportações, as formas de poupança disponíveis e o perfil de investimento dos produtores e oportunidades de investimentos, todos esses elementos constituirão parte do universo de análise, um conjunto a ser compreendido em toda a sua dimensão, inter-relações e determinações recíprocas. A esta particular combinação de elementos biológicos,

¹³ **Gazeta Comercial** 08/09/1925

¹⁴ “Por conta da Carteira de defesa do café foram feitos empréstimos aos lavradores de café, no ano passado, na importância de 12.517:303\$000. Concomitantemente, a sucursal do Rio de Janeiro, no mesmo período, fez **aos fornecedores e compradores de café adiantamentos em dinheiro**, no total de 14.146:637\$350, por conta do governo do estado.” **Gazeta Comercial** 26/07/1928 (grifo nosso).

agronômicos, sociais e econômicos, como condicionaram as relações e formas de crédito na economia, chamaremos de efeitos de encadeamentos financeiros, base da organização do crédito em economias agroexportadoras de café¹⁵.

Pelo lado da demanda, a própria natureza agrícola impunha uma contraposição entre a sazonalidade típica dos rendimentos e as necessidades contínuas da manutenção da produção, o que só poderia ser superada pelo crédito, neste caso o crédito comercial de curto prazo, imanente às relações entre o fazendeiro e o fornecedor. Além disso, por ser uma cultura perene e que necessita de um período de tempo de 5 anos entre plantio e a primeira colheita economicamente viável, a expansão da produção só poderia ocorrer, na ausência de recursos próprios, também mediante o crédito, desta feita o de longo prazo, realizado por instrumentos como as hipotecas.

Já pelo lado da oferta, as grandes unidades produtoras (além das relações escravistas) implicaram, como se sabe, uma brutal concentração de renda, o que dá a esta economia altos índices de poupança, uma vez superados os mitos do consumo conspícuo e da eterna dependência financeira entre os fazendeiros e os comissários de café. Além de tudo, em uma cultura que é marcada por grandes alterações nos rendimentos anuais, esses recursos tendem a ser aplicados em formas de poupança seguras e/ou de retorno fixo, o que varia em função dos instrumentos de poupança e aplicações disponíveis: terra, escravos, gado, títulos da dívida pública, empréstimos hipotecários, debêntures etc. (KILBOURNE, 1995, p. 06).

Uma análise da dívida passiva nos inventários dos fazendeiros de café (tabela 07 e 08) e de sua presença nos contratos hipotecários registrados no município (tabela 09) demonstra que se até o final do século XIX houve um nítido predomínio do financiamento de fazendeiros locais com empresas do Rio de Janeiro, a partir da década de 1890 são os agentes locais (prestamistas e o Banco de Crédito Real) que se tornam os principais fornecedores de crédito para os produtores de café (PIRES, 1993, p. 69, 73).

¹⁵ Baldwin (1977), em especial, lidou com estes elementos em que pese não ter utilizado a noção de efeitos de encadeamentos financeiros.

Tabela 7: Decomposição das dívidas passivas: origem do capital de empréstimo para as unidades agroexportadoras de Juiz de Fora - 1879/1929
(valores em mil-réis)

DÉCADA	LOCAL	%	R.J.	%	N.IDENT.	%	TOTAL
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/99	197:998	99,39	1:211	0,60	-	-	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:755	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

Tabela 08: Participação do banco de crédito real na distribuição de capital para a lavoura cafeeira de Juiz de Fora - 1890/1919
(valores em mil-réis)

DÉCADA	DIV. TOTAL	B.C.R.	%	R.J.	%
1870	309:819	---	---	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	---	---	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

Fundado em 1889, o Banco de Crédito Real tinha sua finalidade inicial na concessão de crédito de longo prazo para a lavoura, mas já em 1891 consegue autorização para lidar com operações comerciais típicas como descontos de títulos e depósitos, essenciais para o funcionamento e evolução estrutural de uma economia que vinha se modernizando (ALVARENGA FILHO, 1976 e 1987). É a partir daí que efetivamente passa a exercer as funções que qualquer instituição bancária realiza em uma economia: multiplicador de meios de pagamentos, ponto de catalisação e redistribuição de recursos monetários e aquela de principal fornecedora de crédito e fornecimento de liquidez imediata para operações de longo e curto prazo.

Tabela 9: Quadro geral do mercado hipotecário participação dos credores por origem geográfica médias quinquenais (1853-1939)

Quinq.	Participação de Credores de Juiz de Fora				Participação de Credores do Rio de Janeiro				Participação de Credores da zona da Mata				Participação de Credores do Centro e Vertentes			
	Juiz de Fora	% JF	Mont JF	%Mt JF	Rio	% Rio	Mont Rio	%Mt Rio	Zona da Mata	% ZM	Mont ZM	%Mt ZM	Centro	% Centro	Mont Centro	%Mt Centro
1853-1854	17	44,7%	511311	67,5%	4	10,53%	10301	1,36%	0	0,00%	0	0,00%	5	13,16%	22847	3,02%
1855-1859	60	65,9%	351821	78,9%	2	2,20%	17175	3,85%	0	0,00%	0	0,00%	7	7,69%	10379	2,33%
1860-1864	130	50,4%	923130	31,0%	40	15,50%	1437564	48,28%	8	3,10%	121977	4,10%	29	11,24%	90263	3,03%
1865-1869	59	60,2%	453578	30,4%	22	22,45%	839900	56,31%	5	5,10%	99757	6,69%	7	7,14%	19836	1,33%
1870-1874	60	92,3%	449430	73,8%	2	3,08%	90167	14,80%	3	4,62%	69750	11,45%	0	0,00%	0	0,00%
1875-1879	124	91,9%	2228776	84,2%	8	5,93%	179318	6,77%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,74%	2600	0,10%
1880-1884	147	80,8%	1324480	41,6%	18	9,89%	1044674	32,81%	3	1,65%	30600	0,96%	4	2,20%	311000	9,77%
1885-1889	135	85,4%	1365978	65,1%	11	6,96%	413315	19,69%	2	1,27%	31498	1,50%	1	0,63%	9000	0,43%
1890-1894	268	94,0%	4503503	90,9%	5	1,75%	145263	2,93%	3	1,05%	65000	1,31%	2	0,70%	7450	0,15%
1895-1899	345	92,0%	4916105	87,3%	22	5,87%	503923	8,95%	4	1,07%	135000	2,40%	0	0,00%	0	0,00%
1900-1904	242	91,0%	3758572	81,3%	8	3,01%	260173	5,63%	6	2,26%	27500	0,59%	2	0,75%	70000	1,51%
1905-1909	255	94,1%	4554563	96,2%	6	2,21%	38866	0,82%	4	1,48%	43600	0,92%	1	0,37%	20000	0,42%
1910-1914	346	96,4%	6320187	97,1%	5	1,39%	90169	1,39%	2	0,56%	18000	0,28%	3	0,84%	41800	0,64%
1915-1919	407	94,2%	8132036	93,6%	11	2,55%	251300	2,89%	3	0,69%	81000	0,93%	3	0,69%	33000	0,38%
1920-1924	32	88,9%	1374487	82,4%	1	2,78%	70000	4,20%	2	5,56%	12500	0,75%	0	0,00%	0	0,00%
1925-1929	372	96,9%	14453466	93,6%	5	1,30%	118966	0,77%	1	0,26%	20000	0,13%	2	0,52%	166000	1,08%
1930-1934	184	94,8%	7356002	83,2%	5	2,58%	220312	2,49%	2	1,03%	50500	0,57%	0	0,00%	0	0,00%
1935-1939	23	65,7%	521250	53,2%	8	22,86%	337173	34,38%	1	2,86%	20000	2,04%	1	2,86%	50000	5,10%
TOTAL	3206	87,5%	63498675	83,2%	183	5,00%	6068559	7,96%	49	1,34%	826682	1,08%	68	1,86%	854175	1,12%

Desde o início o Banco manteve relações próximas com o governo do Estado, que acaba utilizando-o como instrumento institucional de distribuição de recursos públicos para a lavoura. Alguns, inspirados nas teses de Gerschenkron, têm visto nessa relação uma especificidade mineira (DULCI, 1999; COSTA, 1978), mas não é esse o caso, uma vez que talvez a principal solução para o crônico problema do crédito agrícola no Brasil passou, na República Velha, pela catalisação dos recursos via governos estaduais e sua redistribuição através da cadeia institucional formada pelas filiais de bancos regionais. Foi este o caso, em diferentes períodos, de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Piauí, entre outros (LAGEMANN, 1985).

Em se tratando de economias exportadoras, com base fiscal na exportação cafeeira, o que percebemos nesse fenômeno é a presença de efeitos de encadeamento de natureza fiscal e diretos, mas com delineamentos regionais. Nesse sentido, o que Minas traz de específico é a assimetria entre o espaço regional responsável pela geração desses recursos e o seu centro de catalisação, como já visto, alheio e externo a esse espaço. A transferência de recursos gerados pela Mata para outras regiões de Minas era inevitável no contexto político-administrativo mineiro na República Velha e deve ser lembrado que uma *capital* foi construída em um período em que o café constituía a base de arrecadação do Estado. Mas isso não significa que a própria região não tenha se beneficiado desses recursos. Ao contrário, quando lembramos a presença do Estado na construção da infraestrutura ferroviária na região, o seu predomínio na distribuição de crédito para a lavoura cafeeira e, especialmente, no financiamento dos planos de valorização de café, importantes para a manutenção da produção na região de ocupação mais antiga da Mata.

Em Minas, houve uma singular combinação entre os efeitos de encadeamento financeiros e fiscais que implicou o fechamento de um importante canal de evasão de recursos que era representado pela presença de instituições e agentes financeiros localizados no Rio de Janeiro como os principais provedores de crédito da economia local. Deve ser notado que quase todo circuito de crédito está sendo realizado no próprio espaço da região: o de curto prazo, comercial, uma vez que a estrutura de comércio desenvolvida na cidade foi capaz de prover, em grande parte, os produtores locais; e o de longo prazo, que mesmo catalisado em um espaço externo àquele da produção, retornou à região como forma de aplicação dos recursos que tinham como base a própria economia de exportação mantendo no Banco de Crédito Real e na distribuição de suas agências o seu principal canal de distribuição (tabela 10).

Não que o Banco tenha sido o único provedor de crédito de longo prazo para os produtores de café. Desde meados do século XIX, quando temos registros de hipotecas para o município, podemos vislumbrar um número bastante significativo de empréstimos realizados entre os próprios fazendeiros, em especial até o primeiro quinquênio do século XX (tabela 10). Com os desníveis na condição financeira entre vários produtores, formou-se um verdadeiro mercado de hipotecas na cidade e região onde o capital especificamente agrário foi canalizado para o financiamento da própria produção agrícola. Guardadas as condições de garantia e confiança, os empréstimos entre

os fazendeiros, que tinham retorno fixo, não apenas eram um bom negócio, mas se adaptavam particularmente bem ao perfil de investimento dos fazendeiros de café. Talvez, por tudo isso, as dívidas ativas constituam um dos componentes mais importantes na riqueza dos fazendeiros do município de Juiz de Fora (ALMICO, 2001).

Tabela 10: Quadro geral do mercado hipotecário – Juiz de Fora
participação dos credores por categoria social -
médias quinquenais (1853-1939)

Credores Agrícolas					Participação do BCR				Participação dos Proprietários e Capitalistas				Participação dos Comerciantes				Participação de “			
	G	% AG	Mont Agri	% Mont Agri	BCR	% BCR	Mont BCR	% Mt BCR	PC	% PC	Mont PC	% Mon PC	Com	% Com	Mont Com	% Mt Com		% Outros	Moni Outr	
	2	31,58	346:239	45,69	0	0,00	0	0,00	1	2,63	560	0,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	
	2	35,16	267:817	60,05	0	0,00	0	0,00	2	2,20	5604	1,26	5	5,49	36175	8,11	0	0,00	0	
	4	20,93	415:114	13,94	0	0,00	0	0,00	4	1,55	29265	0,98	37	14,34	14125 85	47,44	4	1,55	5297	
	9	39,80	497:186	33,33	0	0,00	0	0,00	6	6,12	11400	0,76	28	28,57	86773 8	58,17	4	4,08	14700	
	3	50,77	364:665	59,85	0	0,00	0	0,00	11	16,92	66457	10,91	15	23,08	14222 0	23,34	2	3,08	5050	
	8	50,37	2.044:669	77,22	0	0,00	0	0,00	28	20,74	102414	3,87	30	22,22	30236 9	11,42	3	2,22	6000	
	3	34,62	982:667	30,86	0	0,00	0	0,00	60	32,97	690180	21,67	37	20,33	10070 69	31,63	5	2,75	7868	
	8	24,05	544:943	25,96	13	8,23	326500	15,56	51	32,28	337415	16,08	29	18,35	43851 5	20,89	11	6,96	33690	
	2	21,75	1.154:755	23,31	104	36,49	2208700	44,59	70	24,56	563817	11,38	29	10,18	23216 3	4,69	7	2,46	10800	
	4	22,40	1.741:323	30,93	21	5,60	869500	15,44	127	33,87	1191027	21,15	87	23,20	10185 25	18,09	35	9,33	47876	
	8	25,56	1.196:686	25,89	29	10,90	1296791	28,05	86	32,33	1328042	28,73	43	16,17	42810 1	9,26	30	11,28	20833	
	5	16,61	435:528	9,20	70	25,83	3242750	68,49	100	36,90	597912	12,63	29	10,70	22470 3	4,75	15	5,54	10996	
	8	13,37	539:717	8,29	66	18,38	4429055	68,04	160	44,57	1000776	15,37	27	7,52	17527 8	2,69	40	11,14	23848	
	0	11,57	445:250	5,12	86	19,91	5471512	62,95	170	39,35	1609736	18,52	72	16,67	70310 8	8,09	37	8,56	18040	
	2	5,56	8:000	0,48	17	47,22	1264937	75,83	9	25,00	163000	9,77	3	8,33	15250 6	0,91	3	8,33	4600	
	6	11,98	3.164:190	20,50	31	8,07	3323000	21,52	235	61,20	6618365	42,87	38	9,90	74599 6	4,83	23	5,99	69837	
	1	5,67	348:900	3,95	9	4,64	1663632	18,82	100	51,55	2679712	30,31	17	8,76	28100 0	3,18	16	8,25	27400	
	2	5,71	85:000	8,67	0	0,00	0	0,00	12	34,29	377600	38,50	5	14,29	26500 0	27,02	10	28,57	43150	
	17	20,67	14.582:649	19,12	446	12,18	2409637 7	31,59	123 2	33,64	1737328 2	22,77	531	14,50	82957 95	10,87	245	6,69	241660	

Mais que isto, alguns deles aparecem inúmeras vezes nos contratos, denotando certa especialização na função e muitos como credores de empréstimos realizados com a indústria. As forças entre oferta e procura por recursos financeiros, além de estarem confluindo e delimitando um espaço econômico próprio, também foram responsáveis pela transferência de recursos entre os distintos setores da economia, um primeiro aspecto, entre outros, que utilizaremos para demonstrar que o sistema financeiro local foi um importante espaço de captação de recursos gerados diretamente na cafeicultura para distintas formas de investimentos industriais.

Se retomarmos nossos dados, desta feita impossíveis de serem reproduzidos aqui por sua extensão, podemos sintetizá-los na forma em que se segue (PIRES, 2004, p. 377-383).

Tabela 11: Transferência de recursos entre fazendeiros e industriais via mercado hipotecário - Juiz de Fora – 1887/1926 (períodos selecionados)

Períodos	Número de empréstimos	Valor total
1887-1899	10	251:000\$
1912-1918	17	772:825\$
1919-1926	04	248:000\$
Total	31	1.271:825\$

Mesmo que, obviamente, não constituam o eixo do mercado hipotecário que a cidade construíra como resultado de suas transformações econômicas, deve ser destacado o número de empréstimos e os valores que chegaram a representar em cada período. Além disto, para uma historiografia que tem destacado a natureza “conservadora” e “tradicional” de sua aristocracia cafeeira, não deixa de ser elucidativo que, no conjunto do período, foram transferidos mais de mil contos de réis *diretamente* entre fazendeiros de café e a indústria apenas no mercado hipotecário, um entre vários mecanismos que vão caracterizar a presença de um sistema financeiro local e regional.

É importante esclarecer que nossa definição de mercado passa, necessariamente, pela conjunção das forças de oferta e procura em um mesmo espaço econômico, sempre tendo em vista o significado da internalização dessas forças para a própria delimitação regional no caso da zona da Mata. E a utilização desse critério não foi aleatória, uma vez que o contorno regional de mercados financeiros constitui parte integrante da sua própria estruturação como um mercado

específico, que lida com os desequilíbrios temporais dos atos de troca e permuta, imanentes a qualquer economia (HOFFMAN, POSTEL-VINAY E ROSENTHAL, 2000).

Em outras palavras, como são mercados que negociam recursos no tempo, aspectos como confiança, garantia e segurança adquirem particular importância e vão depender necessariamente do contexto social imediato no qual estão inseridos, uma vez que são determinados pela forma como se dá a organização dos canais de transmissão de informações no interior da sociedade (HOFFMAN, POSTEL-VINAY E ROSENTHAL, 2000). Em se tratando de sociedades essencialmente pré-capitalistas, normalmente esses canais são realizados por meio de relações sociais diversas que podem incluir o parentesco, a amizade ou a vizinhança, instituições informais, que alicerçam, na base do conhecimento recíproco, uma relação econômica que não se efetiva no mesmo período de tempo.

Como estamos lidando com uma sociedade que ainda está constituindo uma economia de mercado, é a reputação, ou seja, a forma como a sociedade vê e avalia o indivíduo, que vai se colocar como forma básica da transmissão de informações. Nesse sentido, o próprio crédito "...era um meio público de comunicação social e de circulação de julgamentos sobre o valor de outros membros da comunidade" (MULDREW, 1998, p. 02). Nessas sociedades, esses mercados não estão apenas "inseridos" no contexto social, uma vez que as relações sociais responsáveis pela transmissão de informações antecedem as atividades que lhe caracterizam.

Ora, foram os delineamentos local e regional dessas economias (ou seja, sua limitação espacial) que tornaram viáveis e efetivos tais instrumentos de transmissão de informações, fundamentados, em última instância, no conhecimento recíproco. Além disso, para surpresa de muitos, o país constituiu entre o final do Império e a Primeira República um padrão de financiamento baseado em mercados financeiros, não naquele baseado nos bancos e sua associação com aglomerados industriais, com forte apoio dos governos centrais na condução de financiamento de setores que consideravam estratégicos para o desenvolvimento capitalista (modelo Gerschenkroniano). Este último pode, sim, ser associado com as mudanças que ocorreram no padrão de financiamento no país a partir da década de 1930, acompanhando todas as transformações que marcaram o processo de desenvolvimento do país a partir de então (MUSACCHIO, 2005).

Nossa historiografia ainda desconhece esses aspectos da história financeira do país e quando se procuram características do último modelo para o período da República Velha deixa-se de perceber a existência de inúmeros mercados financeiros locais e regionais (outro componente extremamente importante das economias regionais agroexportadoras), subestimados em função dos mercados institucionalizados como a Bolsa do Rio de Janeiro. Mais, como confunde a importância da participação bancária no processo de avanço industrial necessariamente com a dotação de recursos de longo prazo, não percebem a verdadeira importância que o sistema bancário teve nas primeiras fases de nossa industrialização (TRINER, 1996).

Em um padrão de financiamento como esse, guardados os devidos amparos legais, as poupanças acumuladas individualmente serão canalizadas predominantemente para aquelas oportunidades de investimento que a própria economia vai criar, tendo em vista seu maior ou menor desenvolvimento e diversificação econômica, uma vez que os canais de informações disponíveis dependem da delimitação espacial da economia. E, muitas vezes, essas transações ocorrerão fora do âmbito das organizações formais de crédito e financiamento da economia (como bancos e outras instituições financeiras, bolsas de valores etc.) concretizando-se no contato pessoal direto entre provedores e devedores. As poupanças acumuladas individualmente e que se encontravam dispersas encontrarão assim seus devidos canais para financiamento e transferência de recursos dentro dessa mesma economia.

Esses prestadores individuais de recursos desempenharam, portanto, um papel essencial na economia cafeeira local, uma vez que acompanharam a própria evolução da demanda financeira de inúmeras empresas que acabaram, por seu porte, tornando-se sociedades anônimas, necessitando muito mais de recursos de longo prazo do que aqueles de curto prazo. Por isso os instrumentos que lançaram no mercado local, especialmente as debêntures, sempre foram bem recebidos pelos fazendeiros de café e vão compor boa parte do portfólio de alguns. Sempre lembrando a presença dos efeitos de encadeamento financeiros, as debêntures, como se sabe, tinham remuneração fixa, garantia legal e, além do mais, invariavelmente eram utilizadas para investimentos no parque produtivo.

Deve ficar claro que as empresas acionárias do município lançaram mão fartamente desse instrumento de captação de recursos de longo prazo. Como resultado de um levantamento feito para um trabalho anterior, percebemos que para todas as empresas acionárias

do município, no período que compreende os anos de 1888 e 1934, o levantamento de recursos por meios dos instrumentos como lançamento de ações, hipotecas e as próprias debêntures podem ser assim distribuídos (PIRES, 2004, p. 342-349):

Tabela 11: Lançamento de títulos por parte de empresas acionárias no município de Juiz de Fora (1888/1934)

Título	Valor	% frente ao Total
Ações	19.123\$772	65,22
Debêntures	8.342:000\$	28,45
Hipotecas/outros	1.851:780\$	6,31
TOTAL	29.317:552	99,98

Mesmo longe de constituírem os principais agentes financiadores nesse mercado, alguns exemplos tópicos podem nos dar uma idéia da importância desses instrumentos para a transferência de recursos diretamente da cafeicultura para a indústria. No inventário de Carolina de Assis, esposa de um dos acionistas majoritários da Companhia Mineira de Eletricidade, ele próprio grande fazendeiro de café, a propriedade de debêntures da Companhia é extremamente alta, chegando a atingir ao todo 635 títulos, atingindo o montante total de 82:944\$000, um valor por si mesmo bastante considerável. Outro inventário de fazendeiro que possui uma participação significativa em debêntures é o do coronel João Gualberto de Carvalho, que mantinha 300 debêntures da Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, num total de 100:000\$000, além de mais 100 debêntures da Companhia Americana (20:000\$000) e 10 da Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente (com valor nominal de 1:000\$000) cada uma, totalizando 10:000\$000. No total, o valor das debêntures de sua carteira de títulos somava 130:000\$000, ou 98,48% de seus ativos financeiros.

Também no patrimônio de Pedro Procópio Rodrigues Valle, encontramos a presença de 100 debêntures da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (19:500\$), o mesmo ocorrendo para alguns grandes capitalistas da cidade, como Gabriel Villela de Andrade. Em seu inventário¹⁶, na relação de títulos *sonogados* (há inúmeros outros ativos financeiros) encontramos um total de 485:000\$ empatados em debêntures, assim distribuídos: 150 da Companhia Moraes Sarmiento (150:000\$); 668 da Companhia Mineira de Eletricidade (66:800\$); 377

¹⁶ Inventário – Id. 4410 - 1935

da Bernardo Mascarenhas (186:600\$); 30 da São Vicente (30:000\$) e 230 da Companhia. Santa Cruz (46:000\$).

Na falência da Companhia Americana, ocorrida em 1937, temos outra idéia efetiva do que pode ter representado o investimento de fazendeiros de café no financiamento de empresas industriais. No quadro geral dos credores admitidos à sua falência¹⁷, percebemos que o Dr. Francisco Ignácio Monteiro de Andrade, com patrimônio nitidamente vinculado à riqueza agrária (foi proprietário da Fazenda São Luiz, em Sarandira), possuía isoladamente 76% das debêntures da 1ª série emitidos pela Companhia e 80,71% das debêntures da 2ª série. Conjuntamente com um crédito privilegiado presente na mesma falência, provavelmente hipotecário, o valor total de seus recursos empatados na fábrica chegava a 280:799\$ ou, aproximadamente, 75,57% do total da massa. É importante notar que o mesmo investidor participou durante vários anos como membro do conselho fiscal da Companhia, tornando-se acionista em 1933, o mesmo ano em que é colocado como um de seus diretores¹⁸. Além disto, tinha sido presidente da Companhia Santa Cruz e da Companhia de Laticínios de Juiz de Fora, ainda em 1913 (PROCÓPIO FILHO, 1979, p. 120).

Já no mercado de ações, a participação dos fazendeiros é maior ainda. Transpunha o setor industrial e sua presença nos inventários dos grandes produtores de café é bem anterior. Empresas representativas de setores econômicos inteiros foram organizadas por fazendeiros de café, o que inclui a rodovia União e Indústria, a fase inicial da construção de ferrovias, o próprio Banco de Crédito Real, o fornecimento de energia elétrica etc. No setor especificamente industrial, podemos destacar empresas como: Cia. Chimico Industrial Mineira, Cia. Mechanica Mineira, Cia. Construtora Mineira, Cia. Laticínios de Juiz de Fora, Cia. Têxtil Santa Cruz, Cia. Indústrias Reunidas, Cia. São Vicente, Cia. Dias Cardoso, Cia. Laticínios Santa Amélia, S.A. Fábrica de tecidos São João Evangelista, Sociedade Brasileira de Tecidos Fábrica Santa Maria, entre outras. A relação dos fazendeiros de café com o mercado acionário no município sempre fora muito próxima e o capital agrário fluiu abundantemente para ele, até, pelo menos, a Primeira Guerra Mundial (ALMICO, 2001).

A cafeicultura local e regional, na proporção e importância que possuía na distribuição mundial da oferta do produto, gerou as condições mais importantes para a estruturação de um sistema

¹⁷ *Gazeta Comercial* 07/07/1937

¹⁸ *Gazeta Comercial* 06/06/1933

financeiro na região, na forma em que foi definido. Em primeiro lugar, porque foi essa mesma cafeicultura que permitiu, como parte de sua evolução estrutural interna, que os inúmeros setores urbano-industriais pudessem avançar em suas escalas de operações, reorganização institucional e a conseqüente transformação de sua base de investimentos do universo de curto para aquele de longo prazo. E, em segundo lugar, como um dos setores mais importantes de formação de recursos disponíveis para investimentos na economia, com seu delineamento social próprio condicionado pelos encadeamentos financeiros e a confluência que manteve em relação aos novos instrumentos de poupança e investimentos que surgiam.

O capital originado por provedores individuais identificados com a cafeicultura constituiu um dos mais importantes componentes da oferta de recursos financeiros dos diversos mercados que vão compor o sistema financeiro local: o de hipotecas, o mercado de debêntures e outros títulos industriais, e o mercado acionário, todos com a devida delimitação local e regional. A consideração dos provedores individuais de recursos meramente como usurários, “rentiers” ou agiotas (que ainda permeia boa parte de nossa historiografia) precisa ser revista, uma vez que foram responsáveis por um importante canal de transferência direta do capital cafeeiro especificamente agrário para o setor industrial. E o caso da Zona da Mata vem secundar aquelas visões mais recentes que têm reinterpretado o comportamento sociológico e econômico de grandes proprietários de terra perante processos que implicam uma maior presença da moeda e dos mercados na sociedade (DEWALD, 1996).

No entanto, o financiamento industrial por parte do Banco de Crédito Real assumiu tamanha proporção que merece alguns comentários neste momento. Para a tendência interpretativa que estamos criticando aqui, a relação entre bancos e indústria no período é veemente negada, uma vez que enfatizam a crônica ausência de recursos bancários de longo prazo para o financiamento industrial. Essa posição já pode ser relativizada, ao menos para o caso de Juiz de Fora, já que entre os inúmeros empréstimos hipotecários do Banco, alguns se destinaram para o setor industrial, mesmo que, na verdade, não constituam a tônica dos empréstimos. Por outro lado, o acesso de empresas industriais a recursos de longo prazo não perpassava necessariamente, como visto, pelo sistema bancário, mas pelo mercado financeiro e os distintos instrumentos de crédito e financiamento que negociavam (PIRES, 2004).

Deve ser lembrado que estamos lidando com um centro industrial “secundário” frente aos grandes centros do país. Juiz de Fora, como já observado, mantinha uma estrutura industrial que se marcava pelo pequeno e médio porte de suas fábricas, em que pese o crescimento considerável de várias unidades. Uma vez que em parques industriais marcados pelo predomínio de pequenas e médias unidades, a estrutura do capital se marca pelo maciço predomínio do capital circulante em relação ao capital fixo, a tônica de sua demanda de financiamento está no crédito de curto prazo, realizado por meio de conta corrente, letras, notas promissórias e outros instrumentos, criando uma cadeia de débitos que muitas vezes se rompia abruptamente, com falências generalizadas. Além disto, são conhecidos os problemas de liquidez e de ausência de circulação monetária na economia do período (RIDDINGS, 1994). Em última instância, o que circulava na economia eram papéis representativos de valor, promessas de pagamento a serem realizadas no futuro.

Em um ambiente como esse, a liquidez necessária para o pleno funcionamento dos circuitos de crédito e pagamento final das obrigações vai depender em grande parte dos bancos, que tinham, na época, justamente no desconto de títulos de curto prazo o fundamento de suas operações¹⁹. Se associarmos esse aspecto ao padrão de acumulação industrial típico do período, que implicava a retenção de lucros para futuros investimentos e crescimento das firmas, percebemos que as operações de descontos bancários vão se colocar como base do financiamento e evolução industrial do município, permitindo inclusive que muitas delas saíssem de uma escala quase manufatureira para unidades industriais imensas (PIRES, 2004, p. 297-299)

¹⁹ “(...) As notas promissórias ou letras assinadas pelos varejistas, mesmo no auge da movimentação financeira [do Encilhamento], continuaram sendo o ativo mais negociado na economia e a operação de desconto a mais importante no mercado bancário (...)” LEVY, (1994), p. 150. Ver também TRINER (1996); HANLEY (1995).

Tabela 12: Evolução dos depósitos, letras descontadas e hipotecas banco de crédito real 1891-1925

ANO	DEPÓSITOS	LETRAS DESCONTADAS	HIPOTECAS
1891	34:900\$	14:662\$	1.216:933\$
1899	2.740:794\$	1.390:900\$	2.002:426\$
1905	11.436:716\$	1.208:497\$	2.009:047\$
1915	15.024:570\$	19.645:385\$	3.673:938\$
1920	0.972:108\$	15.833:142\$	3.182:986\$
1925	7.194:875\$	40.173:556\$	3.426:994\$

Tabela 13: Relação entre bancos e algumas indústrias em Juiz de Fora períodos selecionados

Ano	Indústria	Operação	Banco
1891	Bernardo José de Castro	Letra	Banco Territorial e Mercantil
1891	Cia. Químico Industrial Mineira	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1899	C. T. Bernardo Mascarenhas	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1899	Cia. Construtora Mineira	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1900	Corrêa e Corrêa	Letras	Banco de Crédito Real
1901	Bernardino Gomes de Figueiredo (Fábrica de Cerveja)	Letra	Banco de Crédito Real
1906	José Eloy Araújo (Fábrica de Sabão)	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1912	Pedro Antônio Freez	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1915	Antônio Meurer	Nota promissória	Banco de Crédito Real
1916	Costa e Irmão	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1916	C.T. Bernardo Mascarenhas	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1916	Cia. Fabril de Juiz de Fora	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1916	Cia. F. T. Moraes Sarmento	Hipoteca	Banco de Crédito Real
1918	Fábrica Stiebler	Conta Corrente (saldo em bancos)	Banco de Crédito Real e outros (?)
1919	Viúva Tortoriello e Irmão	Conta Corrente Conta Corrente	Cia. Dias Cardoso Banco de Crédito Real
1920	Jorge, Irmão e Couri	Conta Corrente	Banco do Brasil
1920	Estamparia Universal	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1920	Renato Dias e Cia.	Conta Corrente Conta Corrente Conta Corrente	Cia. Dias Cardoso Banco de Crédito Real Banco Hipotecário e Agrícola de MG Banco do Brasil
1921	Francisco Nataroberto	Nota promissória Nota promissória	Banco Pelotense Banco do Brasil
1922	Oscar Rodrigues e Irmão	Conta Corrente e Obrigações Obrigações	Banco de Crédito Real Banco Pelotense
1926	Indústrias de Malha São Pedro	Promissórias Promissórias Conta Corrente Promissórias Conta Corrente	Banco Hipotecário e Agrícola Banco do Brasil Cia. Dias Cardoso Banco Pelotense Banco Pelotense
1927	Borges de Mattos e Cia.	Conta Corrente	Banco de Crédito Real
1929	Álvaro Izento	Conta Corrente	Banco Pelotense
1931	Jorge Miguel e Irmão	Conta Corrente Conta Corrente	Banco Pelotense Bank of London
1931	Cia. Mercantil de Juiz de Fora	Conta Corrente Conta Corrente Conta Corrente	Bank of London Banco Hipotecário e Agrícola de MG Banco Pelotense

Os dados das tabelas anteriores demonstram o crescimento brutal das operações do Banco de Crédito Real com a operação de descontos e, por outro lado, a amplitude e variedade com que essas operações vinham ocorrendo no mercado local e regional, em especial com firmas industriais (muitas podendo ser consideradas de pequeno ou médio porte). É de se destacar que lidamos com fontes que forneceram informações particularmente úteis para a compreensão do

passivo das indústrias, em especial as falências²⁰ e os bancos estão presentes na quase totalidade dos casos. Por outro lado, em 1926, Juiz de Fora contava com a matriz do Banco de Crédito Real e da Casa Bancária Dias Cardoso, além das filiais do London and Brazilian Bank, do Banco Pelotense, Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e do Banco do Brasil, o que vem se somar à posição do município como centro financeiro da hierarquia urbana que caracterizava a Zona da Mata.

Neste contexto local e regional não é um exagero fazer uma analogia com os Bancos Regionais e o que representaram no financiamento das primeiras fases da industrialização (COTTRELL, 1993; CAMERON, 1992): são verdadeiros motores de crédito, sem os quais o processo de industrialização e transição capitalista não se efetivaria na cidade e região.

Conclusão

Esperamos ter reunido neste artigo fatos e argumentos suficientes para uma reavaliação da posição que a economia cafeeira de Minas ocupou no contexto do país no período aqui em vigor. Sua notória delimitação como espaço econômico, o comportamento singular de seu ciclo produtivo e dinâmica de produção agroexportadora, a organização das relações de produção no pós-abolição, a natureza específica de seu processo de industrialização, de expansão comercial e financeira, denotam uma variação estrutural e setorial que refletia, na verdade, a internalização e retenção de boa parte dos fluxos de recursos gerados em sua produção em seu espaço próprio.

A reinversão desses recursos na própria economia local implicou a formação de circuitos comerciais e financeiros que, além de se completarem internamente, permitiram que esta realizasse à sua forma a transição capitalista. Mais ainda, essa circularidade no fluxo dos recursos regionais permite sua devida classificação como um *complexo agroexportador*, específico quando lembramos suas limitações estruturais como economia exportadora interiorana (não apenas no sentido da ausência de um porto, mas também por seu núcleo urbano não coincidir com a capital) que lhe impõe uma condição periférica no quadro de outros complexos do país.

²⁰ Uma autora já afirmou que "(...) talvez a melhor forma de discernir a próxima conexão entre os bancos e as indústrias seja através das falências industriais..." LAMOREAUX (1986), p.685.

Já como base de uma cadeia global de mercadorias, onde a Mata se colocou como uma das principais regiões da oferta mundial, em que pese o papel central desempenhado pelo porto do Rio, deve ser destacada a transferência de seu eixo de produção do Vale do Paraíba para a zona da Mata, com a devida permanência da importância desse porto como exportador mundial de café.

Seja como for, abrem-se importantes instrumentos metodológicos para o delineamento de um modelo que consiga explicar a dinâmica e o comportamento da economia cafeeira de Minas, parte integrante bem mais significativa da formação histórica do estado e das economias regionais de exportação existentes no país no mesmo período.

Referências Bibliográficas

ALVIM, A. “*Confrontos e Deduções*” In: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727/1927)**. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1929.

ARANTES, L.A. **As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora**. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1991.

ALMICO, R. **Fortunas em Movimento: um Estudo sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2001.

ANDRADE, S. M. **A Classe Operária em Juiz de Fora: Uma História de Lutas (1912-1924)**. Editora da UFJF, Juiz de Fora, 1987.

ALVARENGA FILHO, J. T. “*Alguns Traços da História Bancária de Juiz de Fora*.” In BASTOS et alii. **História Econômica de Juiz de Fora**. IHGJF, Juiz de Fora, 1987.

_____ **A Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento de seus Fundadores com D. Pedro II**. Ed. do autor, Juiz de Fora, 1976.

APLLBAUM, K. “*The Anthropology of Markets*.” In GARRIER, J. **A Handbook of Economic Anthropology**. Edward Elgar, London/New York, 2005.

BALDWIN, R. “*Padrões de Desenvolvimento nas Regiões de Colonização Recente*.” In SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional – Textos Escolhidos**. CEDEPLAR/REDE MINTER, Belo Horizonte, 1977.

BARAGAR, F. *"The Influence of Thorstein Veblen on the Economics of Harold Innis"*. **Journal of Economic Issues**. Vol. 30, n. 3, 1996.

BIRCHAL, S. **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth Century Brazil: the Case of Minas Gerais**. PhD. Dissertation, London School of Economics, London, 1994.

BLASENHEIM, P. *"Railroads in Nineteenth Century Minas Gerais."* In **Journal of Latin American Studies**. 26, 347-374, 1994.

CAMERON, R. **Financing Industrialization**. Edgard Elgard/Cambridge University Press, 1992.

CANO, W. *"Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras."* In **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306, mai/ago, 1985.

COSTA, F.N. **Bancos em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1978.

COSTA, E.V. **Da Senzala à Colônia**. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1982.

COTTRELL, P.L. **Industrial Finance 1830-1914: The Finance and Organization of English Manufacturing Industry**, Gregg Revivals, Vermont, 1993.

CROCCE, M.A. **O Balanço de uma Conjuntura: O Encilhamento em Juiz de Fora (1888-1898)**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2006.

DEWALD, J. *"The Ruling Class in the Marketplace: Nobles and Money in Early Modern France."* In HASKEL, L. and TEICHGRAEBER, R. **The Culture of the Market**. Cambridge University Press, 1996.

DRACHE, D. *"Celebrating Innis: The Man, the Legacy and Our Future."* In Id. **Staple, Markets, and Cultural Change**. McGill Queen's University Press, Montreal, 1995.

DULCI, O.S. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1999.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil**. DNC, Rio de Janeiro, 1934.

FERREIRA, M. **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1977.

GOLDSMITH, R. *"Introduction"*. In **Premodern Financial Systems: A Historical Comparative Study**. Cambridge University Press, 1987.

GEREFFI, G. and KORZENIEWICZ, M. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Prager, Connecticut/London, 1994.

GIROLETTI, D. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1976.

HANLEY, A.G. **Capital Markets in the Coffee Economy: Financial Institutions and Economic Change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. PhD. Dissertation, Stanford University, 1995.

HIRSCHMAN, A. "*Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada*." In SORJ, B. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo, 1985.

HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. University of Chicago Press, 2000.

HOPKINS, T. E WALLERSTEIN, I. "*Commodity Chains in the Capitalist World-Economy Prior 1800*". In GEREFFI, G. and KORZENIEWICZ. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Prager, Connecticut/London, 1994.

HUMPHREYS, S.C. "*History, Economics, and Anthropology: The Work of Karl Polanyi*." **History and Theory**. Vol 08, n. 02, 165-212, 1969.

JAMIESON, R. W. "*The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World*". **Journal of Social History**. Vol. 35. n. 2. 269, 2001.

KILBOURNE, R.H. **Debt, Investment, Slaves: Credit Relations in East Feliciana Parish, Louisiana, 1825-1885**. University of Alabama Press, 1995.

LAGEMANN, E. **O Banco Pelotense & O Sistema Financeiro Nacional**. Ed. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985.

LAMOREAUX, N. "*Banks, Kinship and Economic Development: the New England Case*". In **Journal of Economic History**. Vol. XLVI, n. 3, 647-667, 1986.

LESSA, C. **O Rio de Todos os Brasis**. Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.

LEVY, M.B. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

LIMA, J.H. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1981.

LINHARES, M.Y. E TEIXEIRA, F.C. **História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.

MARTINS, R. **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1982.

MARTINS, R. e MARTINS, A. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited". **Hispanic American Historical Review**, 63 (3), 537-568, 1983.

MELO, H.P. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro – 1888/1920**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

MENDONÇA, S. R. **O Convênio de Taubaté e a Economia Agrícola Fluminense**. II Encontro Brasileiro de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História das Empresas, UFF, Niterói, 1997.

MIRANDA, S. **Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1990.

MULDREW, C. **The Economy of Obligation: The Culture of Credit and Social Relations in Early Modern England**. Palgrave, New York, 1998.

MUSACCHIO, A. **Law and Finance in Historical Perspective: Politics, Bankruptcy Law, and Corporate Governance in Brazil, 1850-2002**. PhD. Dissertation, Stanford University, 2005.

NEILL, R. "The Staple Thesis, 1920-1940". In **A History of Canadian Economic Thought**, Routledge, New York and London, 1991.

OCAMPO, J.A. and BOTERO, M.M. "Coffee and Origins of Modern Economic Development in Colombia". In CARDENAS, E., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. **The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. Palgrave, New York, 2000.

OLIVEIRA, M.T. **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. PhD. Thesis, University College, London, 1991.

OLIVEIRA, M.R. **Negócios e Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870**. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 1999.

PALACIOS, M. **Coffee in Colombia**. Cambridge University Press, 2002.

PEDROSA, M.X. *“Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A zona da Mata”*. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. 9:189-230, Belo Horizonte, 1962.

PIRES, A. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro na Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2004.

_____. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1929)**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993.

PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo Erro ou Omissão: Gente Juiz-forana**. Ed. do autor, Juiz de Fora, 1979.

RAY, A. *“Introduction”* In INNIS, H. **The Fur Trade in Canada**. Toronto University Press, 2001.

RIDDINGS, E. **Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil**. Cambridge University Press, 1994.

ROSEBERRY, W., GUDMUNDSON, L. and KUTSCHBACH, M. S. **Coffee, Society and Power in Latin America**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1995.

SARAIVA, L.F. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2001.

SAMPER K. M. *“The Historical Construction of Quality and Competitiveness – A Preliminary Discussion of Coffee Commodity Chains.”* In TOPICK, S. and CLARENCE-SMITH, G. **The Global Coffee Economy in Asia, Africa, and Latin America**. Cambridge University Press, 2003.

STEIN, S. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo, Brasiliense, 1969.

SWEDBERG, R. *“Markets as Social Structures.”* In SMELSER, N. and SWEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, 1994.

SWEIGART, J. **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas, 1980.

TOPICK, S. and CLARENCE-SMITH, W. G. **The Global Coffee Economy in Asia, Africa, and Latin America**. Cambridge University Press, 2003.

TRINER, G. **Banks and Economic Development: 1906-1930**. PhD Thesis, Columbia University, 1996.

VALVERDE, O. “*O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais.*” In **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.

UKERS, W. **All About Coffee**. The Tea & Coffee Trade Company, New York, 1935.

WATKINS, M. “*Teoria Primária do Crescimento Econômico*”. In SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional – Textos Escolhidos**. CEDEPLAR/REDE MINTER, Belo Horizonte, 1977.

WIRTH, J. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira – 1889/1937**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.